



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SEGUNDA CÂMARA

PROCESSO N° : 10907.000896/97-28  
SESSÃO DE : 13 de setembro de 2000  
ACÓRDÃO N° : 302-34.335  
RECURSO N° : 120.076  
RECORRENTE : SEARA INSUMOS AGROPECUÁRIOS LTDA  
RECORRIDA : DRJ/CURITIBA/PR

Despacho antecipado em função das características do produto. Mantém-se a exigência da diferença do Imposto de Importação quando a contribuinte não comprovar por meio de documentação hábil, estar ao amparo do benefício pleiteado. O licenciamento não automático, quando exigível, deverá ser providenciado anteriormente ao embarque da mercadoria do exterior. Incabível multa de ofício.  
**RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade argüida pela recorrente. No mérito, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso para excluir a penalidade, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 13 de setembro de 2000

HENRIQUE PRADO MEGDA  
Presidente

LUIS ANTONIO FLORA  
Relator

24 OUT 2000

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: PAULO ROBERTO CUZO ANTUNES, ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIREGATTO, MARIA HELENA COTTA CARDOZO, FRANCISCO SÉRGIO NALINI e PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR. Ausente o Conselheiro HÉLIO FERNANDO RODRIGUES SILVA.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO Nº : 120.076  
ACÓRDÃO Nº : 302-34.335  
RECORRENTE : SEARA INSUMOS AGROPECUÁRIOS LTDA  
RECORRIDA : DRJ/CURITIBA/PR  
RELATOR(A) : LUIS ANTONIO FLORA

RELATÓRIO

O Auto de Infração de fls. 1/5 exige o crédito tributário de R\$ 12.598,77 a título de Imposto de Importação, R\$ 9.449,08 de multa de ofício, amparada no artigo 44, inciso I, da Lei 9.430/96, e juros de mora, haja vista a contribuinte ter descarregado 1.498,65 toneladas de SUPERFOSFATO TRIPLO, com teor de Pentóxido de Fósforo (P2O5) superior a 45%, granulado a granel, tributando o produto à alíquota de 2%, sem comprovar estar ao amparo do Decreto 1.989/96, que estabeleceu a redução de alíquota.

Tempestivamente, a empresa autuada apresenta sua impugnação onde alega, em síntese, o seguinte:

- 1- que após providenciar toda a documentação necessária, emitiu uma LI (licença de importação), a qual foi recusada pelo Siscomex, que emitiu a seguinte mensagem: "esta operação não está sujeita a licenciamento não automático", contrariando o disposto no Comunicado DECEX 12/97;
- 2- que, assim, ao amparo do disposto na Portaria 134/97, aplicou a alíquota de 2%;
- 3- que, portanto, ante a mensagem emitida pelo sistema e, ante o disposto no artigo 154 da Portaria SECEX 21/96, é totalmente inconsistente a autuação;
- 4- que o enquadramento legal não se presta para o fim de justificar o lançamento tributário;
- 5- que não tem, a autoridade autuante, a competência para estabelecer qual é a alíquota a ser aplicada, pois o poder de alterar/estabelecer alíquotas está totalmente vinculado ao texto legal, não cabendo à autoridade aduaneira, no exercício do poder de polícia, além de autuar, determinar eventuais diferenças a serem pagas;

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO Nº : 120.076  
ACÓRDÃO Nº : 302-34.335

- 6- que não se tem notícia de que a ausência do prévio licenciamento dê motivo a alteração de alíquotas, quando muito, daria ensejo a multas, o que não é cabível no caso;
- 7- que o sistema aceitou o registro da Declaração de Importação, com a aplicação da alíquota de 2%, sem informar ou alterar, em momento algum, que seria necessária a emissão de LI;
- 8- que a Portaria 136/97 foi elaborada com vistas aos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do Mercosul, não podendo um pretenso ato discricionário revogar compromissos assumidos pelo Estado.

Ao final requer que: se declare insubsistente o Auto de Infração, com o seu consequente cancelamento; que sejam mantidas a guia de importação e a fatura comercial, para efeitos de despacho de importação, que se dê continuidade ao despacho de importação, liberando-se a respectiva Declaração de Importação.

Em ato processual seguinte consta a decisão de fls. 89/93, cuja ementa é a seguinte:

*Despacho antecipado em função das características do produto. Mantém-se a exigência da diferença do Imposto de Importação quando a contribuinte não comprovar por meio de documentação hábil, estar ao amparo do benefício pleiteado. O licenciamento não automático, quando exigível, deverá ser providenciado anteriormente ao embarque da mercadoria do exterior.*  
**LANÇAMENTO PROCEDENTE.**

Os fundamentos que norteram a conclusão acima ementada estão estampados às fls. 91/93, cujos principais tópicos leio nesta Sessão.

Regularmente intimada da decisão em epígrafe, a contribuinte interpôs tempestivo recurso voluntário, acompanhado do respectivo comprovante de depósito recursal, onde em sua defesa avoca as mesmas razões de impugnação.

É o relatório.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO N° : 120.076  
ACÓRDÃO N° : 302-34.335

VOTO

Insurge-se, inicialmente, a recorrente alegando que houve vício de ato da autoridade, de vez que, no seu entendimento o lançamento tributário objeto do auto de infração em questão não se encontra perfeitamente consubstanciado, dado que faltam a motivação clara e objetiva dos fatores determinantes da penalização, como também dos textos legais que lhe dão sustentação.

Disso, entretanto, discordo totalmente, pois como bem observou o ilustre prolator da decisão *a quo*, a formalização da exigência obedeceu ao disposto no artigo 10 do Decreto 70.235/72, quanto aos cálculos, embasamento legal, identificação do sujeito passivo e outras informações tidas como requisitos essenciais do auto de infração. Portanto, não há que se falar em insubsistência do lançamento. Consideram-se nulas apenas as situações enquadráveis nas hipóteses previstas no artigo 59 do citado Decreto 70.235/72, o que não é o caso do presente processo. Assim, rejeito esta preliminar.

No mérito, resta comprovado documentalmente nos autos que a recorrente não providenciou a competente emissão da LI, anteriormente ao embarque da mercadoria no exterior, para fazer jus ao benefício previsto no Decreto 1.989/96, regulamentado pelo Comunicado DECEX 12/96, posteriormente alterado pelo Comunicado 15/96. A fatura de fls. 9 está datada de 9/7/97 e a Consulta Diagnóstico, relativo ao pedido de licenciamento para a importação fls. 16, está datada de 24/7/97, data esta posterior ao embarque.

No caso em questão, todavia, entendo que deve ser aplicado o termo ADN COSIT 10/97, para excluir da exigência a verba tributária lançada a título de multa punitiva (artigo 44, inciso I, da Lei 9.430/96). Com efeito, o benefício da redução somente não foi deferido à recorrente dada a ausência de um dos seus requisitos administrativos, o que implica em dizer que houve um requerimento de um benefício fiscal indevido, aliás como preceitua o citado ADN.

Ante o exposto, dou provimento parcial ao recurso para excluir do crédito tributário a multa de ofício relativa ao Imposto de Importação.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2000

  
LUIS ANTONIO FLORA - Relator



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
2<sup>a</sup> CÂMARA**

Processo nº: 10907.000896/97-28  
Recurso nº : 120.076

**TERMO DE INTIMAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do artigo 44 do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, fica o Sr. Procurador Representante da Fazenda Nacional junto à 2ª Câmara, intimado a tomar ciência do Acórdão nº 302-34.335.

Brasília-DF, 23/10/00

MF - 3.º Conselho de Contribuintes

Henrique Pinto Allegda  
Presidente da 2.ª Câmara

Ciente em: 24.10.00

Henrique Pinto Allegda  
Procurador da Fazenda Nacional